

Quem é bom, já nasce feito? Uma Leitura do Eugenismo de Renato Kehl (1917-37)

*Ricardo Augusto dos Santos.
Pesquisador da COC/Fiocruz e Doutorando em
História/UFF.*

No início do período republicano, um cidadão brasileiro requeria que se adotasse o tupi como idioma oficial do Brasil. Seu nome: Policarpo Quaresma. Tocava violão. Queria plantar feijão para salvar o país da miséria. Este é o personagem central do livro de Lima Barreto, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Este escritor, nascido no Rio de Janeiro, registrou com talento crítico o painel que se desenrolava na *cidade mestiça*. Espectador sensível das posições nacionalistas que ganhavam força, Lima Barreto construiu anti-heróis para narrar o processo que pretendia modernizar o país. Enquanto os meios letrados e científicos comentavam as descobertas das expedições empreendidas ao interior do país, este autor seria um dos poucos a lembrar que, para além das discussões literárias e políticas, havia uma sociedade e seus trabalhadores. Em artigo de jornal, publicado em 1918, encontramos suas opiniões sobre o “problema vital”:

(...) trabalhos de jovens médicos como os doutores Artur Neiva, Carlos Chagas, Belisário Penna e outros, vieram demonstrar que a população roceira do nosso país era vítima desde muito de várias moléstias que a alquebravam fisicamente (...) julgo que o doutor Penna tem razão, julgo que ele e seus auxiliares não falsificam o estado de saúde de nossas populações campestres. Têm toda a razão. O que não concordo com eles, é com o remédio que oferecem.

Lima Barreto seria, naquele momento, um dos poucos a comentar a questão sob este ângulo: “Em suma, para não me alongar. O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social.” (Lima Barreto, 1956:131-133). Ditas estas palavras iniciais, ocupemo-nos de um outro ator social, o médico Renato Kehl. Vamos ver que “remédios” ele receitou para os males da sociedade brasileira? Sob o título *Pais, Médicos e Mestres (Problemas de Educação e Hereditariedade: 1939)*, Kehl – médico e propagandista da eugenia – publicou um livro sobre os princípios eugênicos. Articulando questões de saúde e de educação às políticas governamentais, fez explícitas referências ao controle do Estado sobre o indivíduo, quando afirmou:

Reconheço e não canso de proclamar a alta e imensurável função social do médico. Platão disse que a humanidade será feliz quando os filósofos forem reis ou quando os

reis forem filósofos. Na minha opinião dever-se-ia dizer que a humanidade será feliz no dia em que os médicos forem governantes ou que os governantes forem médicos. (Kehl, 1939)

Tendo em vista considerações desta natureza, interessa-nos apontar algumas questões para reflexão em torno das práticas e dos discursos dos sanitaristas e eugenistas na República Velha. Uma das principais marcas do discurso de Kehl era o seu pessimismo quanto ao futuro da nação brasileira. Para ele, a miscigenação racial conduzia o Brasil para uma catástrofe. Assim, somente com procedimentos eugênicos, como a educação higiênica e a esterilização o país poderia tornar-se uma nação moderna e próspera. Defensor de exames médicos que autorizariam ou não o casamento e a geração de filhos, Kehl alertava que essas medidas poderiam ser inócuas para a constituição de uma espécie híida. A esterilização deveria ser aplicada de forma compulsória e permanente. Renato Kehl afirmava a competência técnica dos médicos para efetuar uma seleção “eugênica”, no momento histórico em que esta categoria reivindicava uma projeção política na formação social brasileira.

Somos uma nação? Nas primeiras décadas do século XX indagações semelhantes demonstravam uma característica bastante relevante do pensamento social da época. Momento fundamental, pois trazia à tona a questão nacional. No entanto, o horizonte intelectual naquela conjuntura¹ possuía fronteiras fortemente delimitadas. Havia uma sensação de inferioridade frente aos países que viviam a era industrial. **Não éramos uma nação!** Como imaginar uma nação brasileira e moderna olhando para a miséria, a doença e o analfabetismo? Uma possibilidade consistia em, esquecendo das adversidades, assumir um ufanismo romântico. Outra atitude procurou ver o país do prisma de suas doenças e problemas. Porém, naquele período, a pergunta que incomodava era: *Seria possível construir uma nação a partir deste “Caldeirão de Raças”?* Entre o final do século XIX e os últimos anos da década de 1930, diferentes grupos sociais e da intelectualidade brasileira voltaram-se para a questão da identidade nacional.

Atribuindo-se uma missão patriótica, diversos cientistas e intelectuais empenharam-se em estudar o país. Havia uma expectativa de mudanças sociais e culturais que mobilizava diversos segmentos urbanos, identificados e preocupados em viabilizar as condições para a emergência de uma nova nação. Partindo de uma visão “cosmopolita”

¹Ronaldo Conde Aguiar sintetizou este sentimento de perplexidade frente à questão nacional da época: “Na virada do século, porém, a questão nacional estava relacionada à seguinte indagação: era possível existir uma nação brasileira constituída majoritariamente de negros, índios e mestiços, gente que a ciência

da sociedade, estes grupos não se omitiram em lutar por suas idéias e crenças. Uma das questões centrais era o debate sobre a identidade nacional e a forma de mudar as condições de existência no Brasil. Observamos entre intelectuais, artistas e políticos das “camadas médias urbanas”, incluindo as parcelas burocráticas, que havia um consenso sobre as ameaças que pairavam sobre o país e, como decorrência, foram formuladas explicações e projetos de mudança. Queremos compreender este planejamento intelectual, este consenso enunciado em diversas reflexões, discursos e projetos sociais: o brasileiro é inferior. Portanto, por meio das idéias reformadoras, bastaria compreender e, posteriormente, modificar as condições de saúde do “povo” brasileiro em busca da construção da nação. Naquela conjuntura, o cenário sanitário foi apontado como muito grave e responsável pelas dificuldades em agilizar as mudanças sociais reclamadas. Esta constatação e as questões que ela suscitou podem ser apresentadas desta forma: eugenistas e sanitaristas apresentavam uma solução original para o dilema brasileiro. Mas, por que somos pobres, doentes e ignorantes?

Para alguns dos cientistas e intelectuais, uma das razões da crise atravessada pelo governo republicano encontrava-se nas características “naturais” do Estado e da sociedade brasileira. Nesse sentido, o país vivia seus conflitos e crises políticas não por questões históricas e sociais, mas devido ao clima, ao meio físico-natural, à constituição racial de seu povo e às doenças. Segundo alguns destes atores, não possuíamos o desenvolvimento social de outras nações porque a localização geográfica do país, o calor e a miscigenação com raças inferiores tinham-nos tornados incapazes e indolentes. Diziam mesmo ser uma crença pensar que a República pudesse ser origem de uma nação moderna, pois existiria um abismo entre o país real e o país legal. Para esta face do pensamento social brasileiro não éramos uma nação. E nem seríamos.² A ênfase que atribuíam aos contrastes sociais materializava a existência de vários Brasis. Onde residiria a verdadeira identidade cultural do país? Nas cidades remodeladas segundo os padrões da cultura européia? Ou nos seus subúrbios? Ou nos sertões abandonados? Nos “Jecas” ou nos “Dândis”? Como conciliar os miseráveis analfabetos e doentes com os cafés, os cinemas e as grandes avenidas?

importada – e plenamente aceita pelo pensamento social e político dominante – dizia ser inativamente inferior e incapaz?” (Aguiar, 2000:503)

²O brasileiro não tinha podido promover o desenvolvimento harmônico do país porque o calor e a mistura com ‘raças inferiores’ tinham-no tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente. Infelizmente nada podia ser feito contra o clima. Em contrapartida, o problema racial ainda podia ser resolvido.(Costa, 1980: 31)

A preocupação com esta “redescoberta” do Brasil tomou rumos distintos na produção cultural do período. Alguns autores construiriam personagens envolvidos no cotidiano de miséria, ignorância e doenças, degenerados pelas dificuldades do meio hostil. Outros, seguindo os passos de Afonso Celso, autor do livro *Por que me ufano de meu país*, publicado no início do século XX, descreveriam um imenso país, de vastas terras; uma natureza exuberante, onde tesouros ocultos jaziam à espera da ação do homem; uma floresta e um clima inigualáveis, enfim, um paraíso terrestre. Os debates sobre a oposição entre o urbano e o rural, entre o país real e o jurídico-formal, convergiam para uma única conclusão, a necessidade de construir uma única e verdadeira Nação Brasileira.

Para alguns desses cientistas e intelectuais da época, o obstáculo que emperrava o desenvolvimento social, seria superado ao proporcionar condições sanitárias ideais às áreas rurais. Dotar de novas condições de saúde pública e educação higiênica o trabalhador rural era a meta a ser atingida para que se abandonasse a dicotomia “país real *versus* país legal”, recuperando o símbolo do Brasil rural e abandonado, o Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato. O Jeca era um símbolo marcado, no seu próprio corpo e comportamento, pelas marcas do latifúndio colonial improdutivo: apático e submisso. Simbolizava um Brasil a ser modificado pela ação e conhecimento dos cientistas e técnicos. A procura da verdadeira nação brasileira não esteve presente apenas na produção literária. O discurso científico também proporcionou ao debate novos argumentos. No início do século XX, a eugenia explicava o país e tentava transformá-lo. Para o pensamento social hegemônico na época, fortemente influenciado pelo “eugenismo”, não tínhamos conhecido o desenvolvimento econômico e social de outras nações porque fatores como o clima e a “mistura” com raças inferiores haviam gerado uma população preguiçosa, indisciplinada e pouco inteligente. Esta inferioridade biológica seria a causa da inadaptabilidade à sociedade moderna e industrial.

Os cientistas, intelectuais, professores, sanitaristas e engenheiros elaboraram diferentes propostas de desenvolvimento para o Brasil. Investigando as relações entre as idéias do movimento sanitarista fortemente influenciado pela eugenia e a formação de um imaginário social, podemos identificar em que medida estas representações sociais orientaram as formulações políticas sobre educação e saúde, no contexto das décadas de 1920 e 1930. Como transformar o Brasil numa Nação? Esta pergunta inquietava os intelectuais e cientistas, durante as primeiras décadas do século. A construção da nacionalidade e a superação do atraso econômico e social encontraram respostas na

melhoria da saúde da população e não poderia ser explicada apenas por adversidades de natureza climática e/ou inferioridade racial. A campanha pelo saneamento dos “sertões”, desencadeada durante este período, foi uma resposta desses intelectuais. Em artigo publicado na *Revista do Brasil*, Renato Kehl declararia seu conceito de eugenia: “instruir é eugenizar, sanear é eugenizar”; e ainda nas páginas desta revista podemos acompanhar a lógica do “racismo à brasileira” ou como as idéias eugênicas no Brasil representavam a estratificação social.³

O médico Renato Ferraz Kehl nasceu em Limeira(SP), a 22 de agosto de 1889, filho de Joaquim Maynert Kehl e Rita de Cássia Ferraz Kehl. Lutando pela difusão e implantação das idéias eugênicas, Renato Kehl realizou conferências no Brasil e em vários países, publicando cerca de 30 livros e inúmeros artigos em jornais. Durante alguns anos exerceu o cargo de inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), no qual organizou o Serviço de Educação Sanitária ligado à Inspeção da Lepra e das Doenças Venéreas. Entre os seus principais livros destacam-se: *Eugenia e Medicina Social*, *O Médico do Lar*, *A Cura da Fealdade*, *Lições de Eugenia*, *Bíblia da Saúde e Pais*, *Médicos e Mestres*. Renato Kehl faleceu em 1974.

Eugenia é a ciência da boa geração. Ela não visa, como parecerá a muitos, unicamente proteger a humanidade do cogumelar de gentes feias. Seus objetivos não se restringem à calípedia, isto é ter filhos bonitos. A beleza é um ideal eugênico. Mas a ciência de Galton não tem horizontes limitados; ao contrário, seus intuítos além de complexos são de uma maior elevação... (Kehl apud LUCA, 1999:224)

O conceito de *Habitus* de Pierre Bourdieu é explicado como um conjunto de pensamentos, comportamentos e atitudes que se interligam simbolicamente. Ou seja, um conjunto de práticas e concepções características de um grupo de agentes sociais. Os símbolos e as representações que são partilhados pelos agentes que constituem, interferem e organizam a construção, difusão e institucionalização dos sistemas simbólicos e as práticas sociais destes mesmos agentes. Portanto, os discursos usados por Kehl podem ser compreendidos como produções simbólicas da construção da identidade nacional. São representações, memórias, identidades que acrescentam significados às ações humanas. Assim, tratamos de construções simbólicas e discursivas que ofereciam sentido a uma formação social em intensa transformação. Algumas das

³Renato Kehl modificaria sua opinião a respeito de Eugenia. Mais tarde, ele procuraria um conceito menos amplo. Consultar “Eugenia, Eugenismo e Educação” (1941), do próprio R. Kehl. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC. Fiocruz. Sobre Renato Kehl ver “Apontamentos Historiográficos sobre a

leituras sobre a verdadeira identidade nacional identificaram o clima e a natureza do país como privilegiados pela beleza e riquezas do solo. Outras explicitavam o desacordo. A construção da identidade nacional brasileira não acarretou nada de consensual, e envolveu uma série de disputas simbólicas. Algumas interpretações baseadas na miscigenação racial “ímoral”. Para outras, o clima e a geografia geraram um projeto fracassado de nação. Atribuía-se fatores hereditários que brecavam o desenvolvimento que as nações do velho mundo haviam trilhado. Acreditamos, no entanto, que muitas destas diversas visões, embora diferentes e conflituosas, não eram antagônicas. Assinalamos, que as interpretações do Brasil e do homem brasileiro seguiam uma lógica própria. Embora a fonte dos diferentes “retratos” do Brasil fosse as correntes de pensamento oriundas de autores estrangeiros, eles assumiam um modo “brasileiro” e original que reproduzia a hierarquia dos grupos sociais.

Diante da sociedade revelada e “diagnosticada”, os médicos empenharam-se na construção de um mundo novo. Sonhavam com uma sociedade organizada, cuja construção exigiria o planejamento de todos os espaços e relações sociais. Nesta sociedade utópica, o discurso científico assumiria o *status* de verdade absoluto, atribuindo-se um poder de organização total da formação social. Este discurso médico representou um importante papel na criação do imaginário de um Brasil moderno e na produção de representações e identidades. Nessa construção de uma sociedade brasileira organizada em função dos procedimentos científicos, o discurso cientificista procurou apreender todos os aspectos da realidade social. Assim, a figura do homem pobre, doente e analfabeto representaria o símbolo privilegiado das estratégias disciplinares. A afirmação destes modelos justificaria o sonho de uma sociedade formada por indivíduos racionais e saudáveis.

Lima (1999), Aguiar (2000) e Alves Filho (1979), em seus livros, destacam uma característica da bibliografia sobre o pensamento social brasileiro. Estes autores ressaltam que, embora crítica, esta literatura restringe-se a alguns nomes. Assim, pensadores como Belisário Penna, Renato Kehl e outros que interpretaram o país encontram-se um pouco ausentes ou esquecidos. As interpretações da sociedade brasileira tiveram a participação destes intelectuais, contudo, eles não são reconhecidos como relevantes autores do pensamento social brasileiro, embora muitos foram

fundamentação biológica da Eugenia”, de CASTEÑEDA, Luzia Aurélio” In *Episteme*, Porto Alegre, v.3,

divulgadores das representações que ainda hoje norteiam o imaginário social. Este é o caso dos que participaram da campanha pela educação higiênica nos lares e escolas.

Com base no pressuposto de uma sociedade desorganizada, estas interpretações iriam conferir um papel central ao Estado. Ao expressarem um anseio de fortalecimento do poder estatal, vários intelectuais consolidaram o que Bolívar Lamounier (1985) designou de “ideologia de Estado”. Dotados de uma visão organicista, esses pensadores viam a necessidade de um poder para erradicar os males do passado e manter sob controle o processo de transformação. Os militantes dos movimentos pela reforma dos serviços de educação e saúde afirmavam a possibilidade de superar os problemas mediante a intervenção do Estado. Elegendo as condições de saúde e educação como os problemas “vitais” do país, eles propunham a centralização desses serviços a cargo do Estado.

O relatório da viagem pelo interior do país, que os médicos Belisário Penna e Arthur Neiva realizaram, havia “retratado” as condições dos “sertões”. Este documento ganhou repercussão, através da campanha pelo saneamento rural. Lobato, que havia criado a figura do Jeca preguiçoso, concedeu à questão do saneamento o estatuto de “problema vital” do país. A “ressurreição” vivida por Jeca Tatu, de caboclo indolente a empresário, graças ao contato com a ciência, deveria servir de exemplo para a regeneração de todo o país. O debate sobre a nacionalidade, que houvera marcado o debate intelectual nas décadas iniciais do século, acelerou-se frente ao centenário da independência. A análise política apontava a necessidade de um projeto de construção nacional que garantisse o ingresso do Brasil na realidade do pós-guerra, em conformidade com o novo mundo que surgia.⁴

As imagens do Brasil pobre, doente e analfabeto foram representações sociais utilizadas na construção de um eficiente instrumento simbólico: a construção da Nação. A expedição científica de Penna e Neiva e o relatório não surtiram efeito imediato e eficaz para a melhoria das condições de vida das populações. Mas, a publicação do diário de viagem ajudaria na produção das interpretações do Brasil. As políticas de saúde pública e de educação passaram a sofrer influência das visões “realistas” do país. Onde está o progresso? Por que ele não advém? Por que permanecemos na miséria, enquanto os outros povos utilizam as técnicas modernas e industriais? Talvez fosse assim que alguns dos cientistas e intelectuais indagassem a si próprios no contexto da República Velha.

n.5, 1998, pp.23-48.

⁴ Sobre a comemoração do centenário consultar Motta (1992).

Uma sonhada república, orientada pela ciência e por médicos, como desejava Renato Kehl, desprovida de interesses, insistia em esfacelar-se em múltiplos desejos privados, econômicos, políticos e culturais. Os grupos intelectuais identificados com as idéias eugênicas planejavam uma ordem social perfeita, isto é, projetavam seus símbolos e representações em busca de uma nação sem conflitos sociais.

Com o decorrer dos anos, a construção da nação permanecia como ideal a ser alcançado. Era preciso construir este país. E os cientistas-intelectuais, homens cultos, guiados por uma crença na força das novas disciplinas que explicavam o mundo, haviam feito disto um projeto político. Para tanto, era preciso conhecer o país. Seria este era o verdadeiro retrato do Brasil: pobre, analfabeto e doente? Certamente um triste retrato, no qual a razão científica não se reconhecia. O projeto de construção nacional poderia assim ser resumido: a politicalha republicana deveria ser substituída por homens capazes, tornando-se uma política científica, e não fruto de paixão ou interesse. Teríamos então uma administração competente, pois de acordo com os princípios científicos. As políticas públicas deveriam tornar-se um *procedimento de laboratório*.

Ao analisarmos o pensamento de Renato Kehl, queremos demonstrar que, ao lado de propostas de transformação da sociedade por meio da adoção de estratégias de educação, deveriam existir outras ações. Estamos falando das seguintes técnicas: Exame pré-nupcial, castração, esterilização e outras. Durante os anos analisados (1917-1937), as propostas de formação de uma nova sociedade tiveram uma sofisticada articulação de tendências. Educação higiênica e esterilização eram os emblemas mais visíveis destas formulações. Ainda que correndo o risco da fácil simplificação, poderíamos definir que os arautos do novo homem brasileiro usavam as normas de educação para melhorar as faces do povo doente, pobre e inculto e de regras biológicas para garantir a produção de um estoque potencialmente capaz de formar uma raça nacional ideal.

A esterilização dá resultados na redução dos degenerados; estes resultados, porém, não são imediatos e só se farão sentir após muitos anos de uma execução perfeita e permanente (...) a esterilização é um auxiliar poderoso da redução dos degenerados, mas isoladamente não resolve o problema da eugenia da espécie (...) Em suma, para a melhora física, moral e intelectual dos nossos semelhantes, é necessário lançar mão da esterilização, sem prescindir, porém, da prática dos demais preceitos ditados pela eugenia positiva, preventiva e negativa.⁵

⁵ “A Esterilização sob o Ponto de Vista Eugênico”, de Renato Kehl, publicado em *Brazil-Médico*, 26/03/1921.

Kehl viveu em uma época em que a preocupação com a identidade nacional e com a formação da nacionalidade imperava. Seu discurso era diferente dos outros representantes do pensamento social, membros do movimento sanitarista que refutavam uma suposta característica dominante explicativa, que atribuía aos tipos mestiços, decorrentes da miscigenação racial, o insucesso econômico e cultural do país. Porém, de uma forma ampla, para as camadas intelectuais e urbanas que pensavam conhecer o verdadeiro Brasil, a raça branca era superior às demais, enquanto a composição racial heterogênea era condenada. Segundo as teorias *raciológicas* mais ortodoxas, os mestiços traziam os vícios e defeitos das “raças” inferiores. Portanto, éramos preguiçosos e parasitas. Heranças dos índios, negros e portugueses. Alguns intelectuais sanitaristas destacaram-se neste cenário, pois consideravam que o “problema vital” , como destacou Monteiro Lobato, que dominava a sociedade brasileira, nada tinha a ver com o chamado determinismo biológico. Para estes, a explicação era médica e a solução era eugênica e educativa. Tratava-se de aprimorar a raça nacional por meio da “higienização” das células reprodutoras.⁶

Para entender os significados dos conceitos em Kehl tornar-se necessário compreender o percurso realizado pelo autor. Ele apoiava-se nos saberes das ciências biomédicas emergentes para responder como foi construída a nacionalidade brasileira. Ao lançar as representações sobre o país, Kehl tentava explicar a sua época. Em sua grande maioria, os intelectuais destacavam a inferioridade e a degeneração dos mulatos. Os cruzamentos “promíscuos” eram produtores de indivíduos incapazes para o progresso da nação. O pessimismo em relação ao perfil racial brasileiro poderia ser superado se as idéias e práticas do eugenismo nacional fossem adotadas. Recebida como uma arma capaz de promover uma “nova ordem social” pela melhoria da raça, a eugenia encontrou em Renato Kehl, um de seus mais importantes divulgadores.

Os planos de eugenistas e sanitaristas dividiam-se em eugenia preventiva (controle dos fatores disgênicos pelo saneamento), em eugenia positiva (incentivo e regulação da procriação dos capazes) e na eugenia negativa (evitar a procriação dos considerados incapazes). O objetivo era modernizar o país e apagar os símbolos da degeneração racial. Dos sanitaristas, que negavam as teses da indolência inata tropical, vinham os

⁶Os tipos humanos, produtos da “miscigenação racial”, eram indolentes, preguiçosos e totalmente improdutivos porque estavam doentes! Regenerar o Brasil e curá-los, seria construir uma nação.

remédios para um futuro promissor: a educação higiênica e as ações públicas sanitárias. As condições ambientais dever-se-iam modificar-se para que, transformando os indivíduos, os seus descendentes fossem beneficiados. Por outro lado, eugenistas e sanitaristas entendiam que as reformas sanitárias aprimorariam a capacidade hereditária. Práticas associadas com a eugenia exemplificam a filiação neolamarckista: campanhas contra o alcoolismo e as doenças venéreas. Coexistiam teorias que adotavam uma seleção racial capaz de embranquecer a população, produzindo um “tipo nacional”, com teses de que o futuro eugênico seria resultado do desenvolvimento econômico e social. Consideramos que esta amplitude de “técnicas eugênicas” não se tratava de má interpretação de uma teoria original e sim uma construção de um pensamento original brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALVES FILHO, Aluisio. *Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- , *A Economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CASA DE OSWALDO CRUZ. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil, entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: COC/FIOCRUZ, 1991.
- CASTEÑEDA, Luzia Aurélia. “Apontamentos Historiográficos sobre a fundamentação biológica da Eugenia”, In *Episteme*, Porto Alegre, v.3, n.5, 1998, pp.23-48.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- KEHL, Renato. *Pais, médicos e mestres – Problemas de educação e hereditariedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.
- LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um Pensamento Autoritário na Primeira República: uma interpretação” In: FAUSTO, Boris (Org.), *O Brasil Republicano*. São Paulo, DIFEL, 1985. (Tomo III, Vol. 1).
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Problema Vital. In: *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- LIMA, Trindade Nísia. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revam, 1999.
- LOBATO, Monteiro. O problema vital. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- MACIEL, Laurinda Rosa. *A Loucura Encarcerada: Um estudo sobre a criação do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro(1896-1927)*. Dissertação de mestrado, UFF, 1999.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992.
- PENNA, B. & NEIVA, A. “Expedições pelo Norte da Bahia, Sudeste de Pernambuco, Sul do Piauí e do Norte ao Sul de Goiás. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1961.
- PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1918.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. “Lobato, os jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro”. *Achegas*, www.achegas.net, número 7, 2003.